

pilar *Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.*
prefeitura

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0223-0036/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2023

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, **O MUNICÍPIO DE PILAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Pilar/AL, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, **RENATO REZENDE ROCHA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no RG 99001228624 SSP/AL e no CPF de nº 037.492.714-61, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº.147/2023**, Processo Administrativo nº 0223-0036/2023, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e do Decreto Municipal nº 17, de 23 de fevereiro de 2022, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE JOGOS PEDAGÓGICOS**, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº.37/2023, que é parte integrante da Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

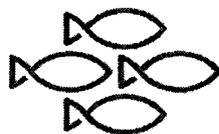
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:	LRF DISTRIBUIDORA LTDA					
CNPJ: 49.464.926/0001-27	TELEFONE: 87 9 8836-3257	E-MAIL: lr_distribuidora@outlook.com				
ENDEREÇO:	Rua André Vidal de Negreiros, Garanhuns/PE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QNT	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	TESOURA ESCOLAR VAI E VEM – COM TRAVA. DESIGN ERGONÔMICO ADEQUADO PARA PEQUENAS, CANHOTOS E DESTROS NAS VERMELHA E AZUL EM AÇO INOXIDÁVEL. DIME 20.5 X 8.5 X 2 CM (COMPRIMENTO X LARGA ALTURA).	Unid.	30	FABER-CASTEL	23,24	R\$ 697,20

**Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28**

LRF
DISTRIBUIDORA
LTDA:49464926
000127
Assinado de forma digital por LRF DISTRIBUIDORA LTDA:49464926000127
Dados: 2023.09.15 15:10:10 -03'00"



pilar
prefeitura

Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

04	JOGO DE PESCA BRINQUEDO PEGA PEIXE RECOMENDÁVEL PARA CRIANÇAS MAIORES DE 3 ANOS. MATERIAL PLÁSTICO (NÃO TÓXICO); DIVERTIDO JOGO DE 08 PEIXES – 1 JOGADOR, 1 VARETA, 1 BASE GIRATÓRIA; MEDIÇÃO: ALTURA: 8,5 CM, LARGURA: 8,5 CM, COMPRIMENTO: 2 CM.	Unid.	30	KINK	39,80	R\$ 1.194,00
14	TEATRO DE FANTOCHES; FAZ COM QUE CADA CRIANÇA ASSUMA UM PERSONAGEM QUE REPRESENTA ATRÁS DO PALCO, A DRAMATIZAÇÃO, CRIATIVIDADE, IMAGINAÇÃO, VOCABULÁRIO, SOCIALIZAÇÃO, DESINIBIÇÃO E FAZ DE CONTA. DIMENSÃO DO ITEM: C X L X A (70 X 60 X 15 CENTÍMETROS)	Unid.	52	CARLU	200,83	R\$ 10.443,16
21	SQUISHY MESH BALL COLORIDA NEON – FIDGET TOY BOLA CHEIA DE GEL SEMELHANTE A UMA BORRACHA, É CERCADA POR UMA MALHA MACIA QUE QUANDO APERTADA, INCHA ATRAVÉS DA REDE, FAZENDO COM QUE UMA SÉRIE DE BOLSAS MACIAS APARECEM EM FORMATO DE UVA COM UMA COR BRILHANTE. UM DOS PRODUTOS MAIS VENDIDOS ATUALMENTE PARA AJUDAR A ALIVIAR A TENSÃO, ESTRESSE E ANSIEDADE, ESTA VERSÃO DO SQUISHY MESH BALL; TAMANHO: 6 X 6 X 6 CM.	Unid.	100	FIDGET TOY	12,51	R\$ 1.251,00
23	PRANCHETA DE PLÁSTICO COM UMA REGLETE DE METAL E UM PUNÇÃO. A REGLETE É UMA RÉGUA DE PLÁSTICO OU METAL, CONSTITUÍDA POR UM CONJUNTO DE CELAS VAZADAS, DISPOSTAS HORIZONTALMENTE EM LINHAS PARALELAS, AJUSTADA A UMA BASE RETANGULAR COMPACTA. O PUNÇÃO É UMA HASTE DE MADEIRA OU PLÁSTICO COM PONTA DE METAL, EM DIVERSOS FORMATOS, USADO PARA A PERFURAÇÃO DOS PONTOS NAS CELAS BRAILE.	Unid.	10	CVM	R\$ 116,45	R\$ 1.164,50
24	VOCALIZADOR DE VOZ. VOCALIZADOR DE VOZ GRAVADO COM CAPACIDADE DE 5 PRANCHAS DE COMUNICAÇÃO PRÉ PROGRAMADAS. O VOCALIZADOR TEM 12 TECLAS COM SÍMBOLOS; QUANDO A TECLA É PRESSIONADA, OUVI-SE UMA VOZ FALANDO A MENSAGEM CORRESPONDENTE AO SÍMBOLO.	Unid.	30	VOCAL TOYS VOICE	R\$ 87,41	R\$ 2.622,30
25	LUVA DE FANTOCHE; DESENVOLVER A CRIATIVIDADE, PENSAMENTO LÓGICO, HABILIDADE LINGUÍSTICA, BEM COMO ESTIMULAR OS MOVIMENTOS DÍGITOS-MANUAIS E EXPLORAÇÃO VISUAL E TÁTICA. LUVAS DE TECIDOS COM CONTRASTE DE COR.	Unid.	20	CARLU	R\$ 58,27	R\$ 1.165,40
27	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO COM COSTURA E COM GUIZO. TAMANHO OFICIAL.	Unid.	30	MAGUSSY	R\$ 175,78	R\$ 5.273,40
28	CADERNO COM PAUTA AMPLIADA; CADERNO POSSUI PAUTA AMPLIADA PARA AUXILIAR A PESSOA COM VISÃO SUBNORMAL/ BAIXA VISÃO	Unid.	100	CREDEAL	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00

Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28

LRF
DISTRIBUIDORA
LTDA:49464926
000127
Assinado de forma digital por LRF DISTRIBUIDORA LTDA:49464926000127
Dados: 2023.09.15 15:10:23 -03'00'



pilar
prefeitura

Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

	À ESCRITA MANUSCRITA, NAS OPÇÕES DE FORMATO RETRATO E PAISAGEM. CONTÉM 50 FOLHAS.					
29	BANDINHA RÍTMICA; PERFEITO PARA INICIALIZAÇÃO MUSICAL EM CRIANÇAS, KIT BANDINHA RÍTMICA LT9 9 PEÇAS C. IBANEZ X-PRO COM BAG PRODUTOS DE ALTA QUALIDADE SONORA E MATÉRIAS DURÁVEIS, 9 INSTRUMENTOS COM 12 PEÇAS.	Unid.	25	CARLU	R\$ 242,05	R\$ 6.051,25
30	PRANCHA DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA; PRANCHA DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, COM 125 FIGURAS COLORIDAS E PLASTIFICADAS, 12 PRANCHAS PLASTIFICADAS, SÍMBOLOS GRÁFICOS ASSOCIADOS COM A ESCRITA E IMAGENS REPRESENTATIVAS ORGANIZADOS POR CORES NAS CATEGORIAS SOCIAIS.	Unid.	30	CIVIAM	R\$ 197,25	R\$ 5.917,50
36	SOROBAN; O SOROBAM INSTRUMENTO ADAPTADO PARA AUXILIAR O ENSINO E A APRENDIZAGEM DOS CÁLCULOS MATEMÁTICOS É FEITO DE MATERIAL PLÁSTICO, POSSUI 21 COLUNAS E PEDRINHAS (CONTAS) EM CORES VIBRANTES E COM ÓTIMO CONTRASTE.	Unid.	15	LARATEC	R\$ 87,44	R\$ 1.311,60
39	CADERNO PAUTADO; FOLHA QUE POSSUI TRAÇOS PARALELOS QUE A COMPÕEM PARA AUXILIAR A ESCRITA EM BASE LINHA RETA. PODE SER TAMBÉM UMA FOLHA PAUTADA DE MÚSICA, ONDE SE ESCREVEM NOTAÇÕES MUSICAIS. SE A FOLHA POSSUI LINHAS VERTICAIS, CRIANDO UMA GRELHA REGULAR, CHAMA-SE PAPEL QUADRICULADO.	Unid.	10	CREDEAL	R\$ 26,62	R\$ 266,20

VALOR TOTAL DA ARP: R\$ 39.557,51 (trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos)

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador da Ata é a Secretaria Municipal de Educação do Pilar/AL.

3.2. São Órgãos Participantes: não existem órgãos participantes.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, de acordo com o Decreto Municipal nº 17, de 23 de fevereiro de 2022.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

Praça Floriano Peixoto s/n, Centro - Pilar/AL CEP:57150-000
CNPJ: 12.200.150/0001-28

LRF
DISTRIBUIDORA
LTDA:49464926
000127

Assinado de forma digital por LRF
DISTRIBUIDORA
LTDA:49464926000127
Dados: 2023.09.15
15:10:50 -03'00'



pilar
prefeitura

*Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.*

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do envio da ordem de fornecimento, no endereço indicado na ordem de fornecimento ou na Sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

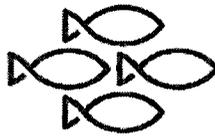
e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual



pilar *Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.*
prefeitura

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e validade;

8.1.a.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- g) Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

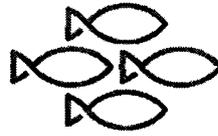
10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas



pilar *Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.*
prefeitura

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal/trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

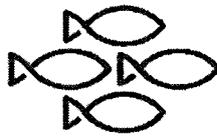
12.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DO REAJUSTE

13.1. A CONTRATANTE poderá acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à CONTRATADA qualquer recusa ou reclamação. (Art. 65, parágrafo primeiro da lei nº 8.666/93).



pilar *Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.*
prefeitura

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

13.2. Não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação. No entanto, deverão ser observados os ditames do Decreto Municipal nº 17/2022, de 23 de fevereiro de 2022.

13.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do Decreto Municipal nº 17/2022, de 23 de fevereiro de 2022.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 Cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2 Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

15.2.3 Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

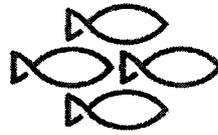
15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5 e 15.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

15.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



pilar *Orgulho para Alagoas,
modelo para o Brasil.*
prefeitura

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR**

15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.

15.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16 DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo Órgão Gerenciador e fornecedor e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Pilar-Alagoas, 15 de setembro de 2023.

RENATO REZENDE ROCHA FILHO:03749271461
Assinado de forma digital por RENATO REZENDE ROCHA FILHO:03749271461

MUNICÍPIO DE PILAR/AL

ÓRGÃO GERENCIADOR

RENATO REZENDE ROCHA FILHO

PREFEITO

LRF DISTRIBUIDORA LTDA:49464926001270127
Assinado de forma digital por LRF DISTRIBUIDORA LTDA:49464926001270127
Data: 2023.09.15 15:12:53 -03'00'

LRF DISTRIBUIDORA LTDA

Fornecedor

Letícia Rabêlo Ferreira

Representante legal